

DOI: 10.18468/pracs.2017v10n2.p161-164

Política, Educação e Pesquisa: entrevista com o Professor Dr. João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos

Politics, Education & Research: Interview with Professor João Roberto Martins Filho, São Carlos Federal University

Camila Risso Sales¹, Paulo Gustavo Pellegrino Correa² e Daniel Chaves³

1 Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e graduada também em Direito. Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: camilarisso@yahoo.com.br

2 Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos e graduado em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal do Amapá, no curso de Relações Internacionais e no Mestrado em Estudos de Fronteira. Professor colaborador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima, Brasil. E-mail: paulogustavo1978@gmail.com

3 Doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá, no Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Brasil. E-mail: daniel.chaves@unifap.br e daniel.s.chaves@gmail.com

Sinceramente gratos pela gentileza, atenção e presteza em contribuir com a PRACS, apresentamos o prof. Dr. Martins Filho, com foco na sua experiência e memorial ao longo de anos de carreira que moldaram as áreas nas quais o professor atua.

João Roberto Martins Filho é Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp (1976), onde também concluiu o Mestrado em Ciência Política (1986) e o Doutorado em Ciências Sociais (1993). Coordena, desde 1996, o Arquivo de Política Militar Ana Lagôa da UFSCar. Membro do Conselho Editorial de Revista de Sociologia e Política, Tensões Mundiais, Novos Rumos e Latin American Perspectives. Autor de "Movimento estudantil e ditadura militar" (1987) e "O palácio e a caserna" (1995). Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (2006-2008). Pesquisador visitante na Universidade da Califórnia, Los Angeles (1997), no Centro de Estudos Brasileiros

da Universidade de Oxford (outubro de 2006 a março 2007), na Faculdade de Artes e Ciências Sociais da Universidade de Waikato, Nova Zelândia (fevereiro-março de 2009) e no Latin American Center da Universidade de Oxford (janeiro-fevereiro de 2013). Vice-presidente do Comitê de Pesquisa "Forças Armadas e Sociedade", da Associação Internacional de Ciência Política (2008-2011). Membro do Comitê de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas (Arquivo Nacional), do Conselho Editorial do Arquivo do Estado de São Paulo. Ocupou no primeiro semestre de 2014 a cátedra Rio Branco em Relações Internacionais, patrocinada pela Capes e pelo Itamaraty, no King's College, Londres, entre fevereiro e abril de 2015, a Cátedra Rui Barbosa de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden, Holanda.

A entrevista é composta por 10 perguntas, divididas em três temáticas gerais.

1 CONJUNTURA POLÍTICA

Daniel Chaves: *A trajetória de pesquisa do Sr. se volta, com certa prioridade, para a conduta e postura dos corpos militares como ator fundamental (e protagônico) das topografias narrativas sobre a Ditadura Civil-Militar e adiante sobre o 'retorno às casernas', observando a memória e o esquecimento como processos diacrônicos - e neste ponto, sua análise tem uma contribuição indiscutível como ponto de partida para uma discussão ampla a respeito da indissociabilidade da lembrança e dos rememorações, como frisa Denise Rollemberg em "Esquecimento das memórias". Neste sentido, de que modo o sr. pondera o papel das disputas correntes pelas narrativas diante de (e a respeito do) novo ciclo de instabilidade política do Brasil, agora em curso? Nós estamos diante de um reiterar da exclusão seguida do esquecimento seletivo diante do imperativo de certa estabilidade particular à segmentos seletivos da nossa elite política?*

João Roberto Martins Filho: Na questão da memória sobre a ditadura militar, surgiu muito cedo (ainda sob a ditadura) uma disputa entre a narrativa oficial (que negava a existência da tortura, desaparecimentos e execuções de militantes políticos) e a narrativa desses militantes, destinada a destacar justamente esses processos de violência política. No final, creio que foi essa última memória do regime militar que preponderou, na academia, na imprensa e em outros setores sociais. Quanto aos episódios mais recentes, a situação é mais complexa. Não existem dois lados tão nítidos. Enquanto os setores de classe média que mobilizaram centenas de milhares de manifestantes ba-

sicamente para retirar o Partido dos Trabalhadores do poder insiste na narrativa do "partido mais corrupto da história brasileira", a militância de esquerda aponta o oportunismo desse movimento, que não parecia disposto a realmente moralizar a política, mas a atacar o PT. No entanto, nos 14 anos em que ocupou o poder federal, o PT envolveu-se em práticas políticas das mais tradicionais, traído de certa forma o mandato para o qual foi eleito. Há uma clara polarização de narrativas, mas não há um campo puro no debate.

Daniel Chaves: *Como o sr. avalia, neste momento, a fragmentação das frentes políticas de esquerda - e talvez de toda a arena política - no país face ao cenário de instabilidade institucional? A questão pode ser colocada à luz de um fenômeno internacional de fragmentação dos progressismos?*

João Roberto Martins Filho: O processo desencadeado pela Operação Lava Jato, ao optar pelo foco no PT, pela espetacularização das investigações, pelos excessos e pela personalização dos investigadores foi bem sucedido, pois gerou o afastamento da presidente Dilma, mas ao recorrer a um valeduto, em nome de uma suposta luta para "passar o país a limpo" criou uma espécie de terra devastada na política. Nesse clima, estamos desprovidos de alternativas políticas claras e programa bem definidos, num contexto de avanço das políticas reacionárias que não coseguiram o apoio nas urnas em quatro eleições seguidas. Até que a esquerda conseguiu se unificar, pela primeira vez na história percebendo o valor das instituições e garantias democráticas, presentes na Constituição de 1988. No entanto, os estratagemas que permitiram uma

espécie de golpe dentro da democracia aumentara a divisão política, embora não haja uma alternativa real de transformação na forma de fazer política no horizonte.

Camila Risso Sales: *Como o senhor tem visto o uso das Forças Armadas em ações de garantia da lei e da ordem?*

João Roberto Martins Filho: Os governos do PT usaram e abusaram desse emprego, sempre em nome das boas relações com os governadores, como parte de sua adesão a um pragmatismo político a todo custo. Falhou a compreensão do valor das FFAA basicamente como instrumento de defesa nacional, embora o PT tenha tomado medidas no sentido de uma certa modernização das forças. Mas não é possível falar de uma clara política de Defesa do PT nesses 14 anos.

2 CIÊNCIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Paulo Gustavo Corrêa: *Qual o papel do cientista político hoje no Brasil?*

João Roberto Martins Filho: A crise colocou à prova a metodologia dominante na Ciência Política, ao trazer à luz um conjunto de problemas que extrapolavam a simples dinâmica polític-eleitoral, objetivo quase exclusivo da CP hoje no Brasil. O poder do capital, a luta de classes, o papel da Mídia e as iniquidades de nossa democracia surgiram como temas e houve uma certa retomada de análises marxistas. Mas de um modo geral é ainda cedo para entender como a CP brasileira saiu-se dessa conjuntura, em sua capacidade de explicar os processos políticos. Por fim, a área também foi marcada pela polarização política e dividiu-se entre análises conservadores que se recusaram os

processos acima e uma corrente mais crítica do chamado “golpe” parlamentar.

Camila Risso Sales: *Como o senhor vê, no contexto educacional brasileiro, a importância de Universidades como a Unifap?*

João Roberto Martins Filho: Acho que as universidades são polos de desenvolvimento, de preparo de profissionais indispensáveis ao avanço econômico e social do país e de elaboração de um pensamento crítico. A Unifap pode ser vista nesse contexto.

Camila Risso Sales: *Quais as perspectivas para a pesquisa científica na área de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil?*

João Roberto Martins Filho: Como disse acima, é possível que a crise política abra novas perspectivas a uma CP mais crítica. Já as RI terão uma fase difícil, ao analisar a decadência do país no plano internacional e a falência de políticas como a das alianças Sul-Sul, Brics, ênfase nas relações com a África e outras, brilhantemente construídas sob a batuta do chanceler Celso Amorim e incentivada pelo presidente Lula.

3 LINHA DE PESQUISA

Paulo Gustavo Corrêa: *Você participou da discussão dos Documentos de Defesa (END e LBDN). Este ano estes documentos foram atualizados sem a participação da academia. Qual sua análise para essa ausência?*

João Roberto Martins Filho: Na verdade, a participação foi pró-forma, pois quase nada das discussões colocadas pelos pesquisadores civis apareceu no Livro Branco de Defesa. O fechamento aos civis só confirma uma

tendência negativa, pois nenhum país democrático tem política de Defesa sem participação civil.

Camila Risso Sales: *A terminologia ditadura civil-militar como tem aparecido com frequência na imprensa e nos debates acadêmicos. Recentemente, o senhor publicou um artigo questionando o termo, gostaria que comentasse um pouco quais os pontos centrais da sua argumentação.*

João Roberto Martins Filho: Acho que o termo é infeliz. Não foi feita nenhuma discussão sobre a ideologia e as estruturas do poder do regime para sustentar uma mudança de caracterização. Depois de 1964, os militares tiveram apoio civil e construíram uma economia capitalista avançada, mas a desigualdade de poder entre militares e civis é o que caracteriza o regime. O termo parece ter conseguido tanto apoio, pois foi proposto por alguns historiadores de destaque como um acerto de contas com os civis que colaboraram com o regime, mas pouca gente que o usa seria capaz de defendê-lo num debate. Historiadores renomados como Carlos Fico, Renato Lemos e Celso Castro não deixaram de falar em ditadura militar. Obviamente, houve apoio civil, mas a própria sociedade dividiu-se e houve também oposição ao regime, como no movimento estudantil de 1968, no apoio ao MDB nas eleições de 1974 e na campanha pelas Diretas em 1984.

Camila Risso Sales: *No mês de julho foram noticiados exercícios conjuntos das Forças Armadas Americanas e Brasileiras na Amazônia, na tríplice fronteira Peru, Brasil e Colômbia. Isso pode significar uma mudança de postura das nossas FFAA?*

João Roberto Martins Filho: Infelizmente, sim.

Camila Risso Sales: *O senhor poderia nos falar um pouco sobre seus projetos e pesquisas atuais? E também sobre a sua tese apresentada no concurso para Professor Titular na Universidade Federal de São Carlos.*

João Roberto Martins Filho: Estou publicando meu livro sobre as relações da democracia britânica e a ditadura militar brasileira, com o título “Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil, 1969-1974”. Minha pesquisa atual é sobre as relações do governo Thatcher com o Brasil entre 1979 e 1985.

*Entrevista recebida em 29 de novembro de 2017.
Aprovada em 29 de novembro de 2017.*